

RECURSO ESPECIAL Nº 1.819.582 - RJ (2019/0165847-0)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : BRASBUNKER PARTICIPAÇÕES S/A
RECORRENTE : PRINCIPAL DSB SERVICOS DE OLEO E GAS II S.A.
RECORRENTE : RIO ALVA PARTICIPACOES S/A
RECORRENTE : VALORA GESTAO DE INVESTIMENTOS LTDA
RECORRENTE : CASTRO SOBRAL E GOMES - ADVOGADOS
ADVOGADOS : ALEXANDRE ESPINOLA CATRAMBY - RJ102375
BENI FLINT - RJ189474
CAMILLA QUEIROZ WERNECK - RJ200054
RECORRIDO : E.R. OFFSHORE GMBH & CIE.KG
RECORRIDO : E.R. SCHIFFAHT REEDEREIGESELLSCHAFT MBH & CIE. KG
ADVOGADOS : WILLIAM FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - RJ084529
MÁRCIO TAVARES FELGUEIRAS - RJ090285
CLAUDIO KÖHLER - RJ063129
PEDRO VINICIUS INDALENCIO FERREIRA - RJ152010
BRUNO PEREIRA MOSCARDINI - RJ207826

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por BRASBUNKER PARTICIPAÇÕES S.A. e outros, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado:

"Agravos de instrumento. Ação de prestação de contas. Incidente de desconconsideração de personalidade jurídica. Inutilidade do incidente. Rejeição por meio de decisão interlocutória, na forma do disposto no art. 136 do CPC. Ausência de previsão legal para condenação ao pagamento de honorários advocatícios neste tipo de incidente. Art. 85, § 1º, do CPC. Litigância de má-fé que não ficou demonstrada. Art. 80 do CPC. Decisão mantida. Recurso conhecido e desprovido" (fl. 231 e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, os recorrentes sustentam, além de divergência jurisprudencial, violação dos artigos 85, § 2º, do CPC/2015.

Aduzem que *"são devidos honorários advocatícios aos patronos das partes nos autos de IDPJs, diante da sua inequívoca natureza de ação de conhecimento"* (fl. 276 e-STJ).

Mencionam que

"(...)

Ocorre, entretanto, que, com a extinção do IDPJ, restou prejudicada a inclusão das empresas DSB, RIO ALVA e VALORA no polo passivo da Ação de Prestação de Contas, devendo a referida demanda

Superior Tribunal de Justiça

prosseguir apenas em face da BRASBUNKER, na medida em que sua personalidade jurídica não foi desconsiderada.

Assim, é imperiosa a fixação da verba sucumbencial devida aos advogados das SÓCIAS diretas e indiretas da BRASBUNKER, que não figuram como partes na ação principal" (fl. 278 e-STJ).

Contrarrazões às fls. 323/328 e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A insurgência não merece prosperar.

A Corte Especial deste Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do EREsp 1.366.014/SP, firmou orientação no sentido de que não são cabíveis honorários advocatícios nos incidentes processuais, exceto nos casos que haja extinção ou alteração substancial do processo principal, o que não é o caso dos autos.

Eis a ementa do acórdão:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO RECURSO ESPECIAL. INCIDENTE PROCESSUAL. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. ART. 20, § 1º. DO CPC/1973. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA PROVIDOS.

1. A divergência traçada nestes autos trata apenas da condenação em honorários de sucumbência em sede de incidente processual.

2. A jurisprudência desta Corte entende que a melhor exegese do § 1o. do art. 20 do CPC/1973 não permite, por ausência de previsão nele contida, a incidência de honorários advocatícios em incidente processual ou recurso.

3. Embargos de Divergência providos para reformar o acórdão embargado, e negar provimento ao Recurso Especial de POMPÉIA S.A.

EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO" (EREsp 1.366.014/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, CORTE ESPECIAL, julgado em 29/03/2017, DJe 05/04/2017).

Ainda nesse sentido:

"CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. INVENTÁRIO.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO INVENTARIANTE. IMPUGNAÇÃO DOS HERDEIROS. ACOLHIMENTO DO INCIDENTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INAPLICABILIDADE. PRECEDENTE. DECISÃO MANTIDA. MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO, COM IMPOSIÇÃO DE MULTA.

1. Aplica-se o NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado

Superior Tribunal de Justiça

Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. A jurisprudência desta Corte entende que a melhor exegese do § 1º do art. 20 do CPC/73 não permite, por ausência de previsão nele contida, a incidência de honorários advocatícios em incidente processual (EResp 1.366.014/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Corte Especial, DJe 5/4/2017).

3. Não sendo a linha argumentativa apresentada capaz de evidenciar a inadequação dos fundamentos invocados pela decisão agravada, o presente agravo não se revela apto a alterar o conteúdo do julgado impugnado, devendo ele ser integralmente mantido em seus próprios termos.

4. Em virtude do não provimento do presente recurso, e da anterior advertência em relação a aplicabilidade do NCPC, incide ao caso a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º daquele artigo de lei.

5. Agravo interno não provido, com imposição de multa" (AgInt no AREsp 1.282.362/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/06/2019, DJe 26/06/2019).

Incide ao ponto, portanto, a Súmula nº 568/STJ.

Referido óbice também incide em relação ao recurso interposto pela alínea "c" do permissivo constitucional.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 25 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator